

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
COMPARTILHADA LTDA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Quotistas da
SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

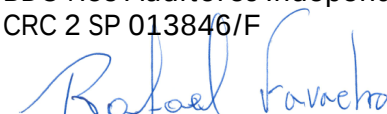


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.757	2.159
Clientes	6	5.000.000	-
Adiantamentos a fornecedores	5	606.406	162.686
Créditos tributários	7	7	-
		5.609.169	164.845
Direitos a receber		8.700	-
Partes relacionadas	8	405.341	118.508
		414.041	118.508
Total do ativo		6.023.211	283.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA.

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores		25.251	65.286
Impostos a recolher		4.289	582
Salários e contribuições previdenciárias		229.731	126.622
		259.271	192.489
Não Circulante			
Partes relacionadas	8	8.683.338	25
		8.683.338	25
Patrimônio líquido	9		
Capital social		1.200	1.200
Adiantamento futuro aumento de capital		-	2.577.502
Lucro/Prejuízo do período		(2.920.598)	(2.487.863)
		(2.919.398)	90.838
Total do passivo e patrimônio líquido		6.023.211	283.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional bruta			
Receita líquida operacional		-	-
Custos operacionais	10	(3.991.697)	(122.351)
Lucro bruto		(3.991.697)	(122.351)
Resultado operacional	11		
Despesas tributárias		(1.522)	(3.280)
Despesas administrativas		4.154.871	(1.431.780)
Despesa de pessoal		(577.779)	(916.627)
		(11.316)	(2.351.686)
Resultado financeiro	12		
Despesas financeiras		(16.824)	(13.830)
Receitas financeiras		217	4
		(16.607)	(13.826)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
(Prejuízo) líquido do exercício		(432.734)	(2.487.863)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(432.734)	(2.487.863)
Total do resultado abrangente do exercício	(432.734)	(2.487.863)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.200	2.577.502	(2.487.863)	90.838
Capital social	-	-	-	-
Adiantamento futuro aumento de capital	-	(2.577.502)	-	(2.577.502)
Resultado do período	-	-	(432.734)	(432.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.200	-	(2.920.598)	(2.919.398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(432.734)	(2.487.863)
Prejuízo ajustado	(432.734)	(2.487.863)
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(5.000.000)	-
Créditos tributários	(7)	-
Adiantamento a fornecedores	(443.720)	(162.686)
Direitos a receber	(8.700)	
Fornecedores	(40.035)	65.286
Impostos a recolher	3.707	582
Salários e contribuições previdenciárias	103.110	126.622
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades operacionais	(5.385.646)	29.804
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas	(286.833)	(117.308)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(286.833)	(117.308)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	8.683.313	25
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(2.577.502)	2.577.502
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	6.105.811	2.577.527
Redução/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	598	2.159
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.159	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.757	2.159
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	598	2.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fábio Baldez Machado GomesDiretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

1. Contexto operacional

A SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA é uma “SPE”, constituída na forma de Sociedade Empresária Limitada domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na R GENERAL RABELO 43 GAVEA, RIO DE JANEIRO, CEP 22.451-010. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem as informações relativas às suas atividades em fase operacional, sendo nesse período dependente do suporte financeiro dos seus sócios e partes relacionadas de forma permitir a conclusão de seu plano de investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis materiais

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Diretoria da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.1.1. Continuidade

A Diretoria avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Diretoria não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis materiais adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelos valores de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A rubrica de contas a receber compreende, substancialmente, valores decorrentes do compartilhamento de custos incorridos pela Companhia em benefício de outras empresas do grupo econômico e/ou partes relacionadas, conforme previsto em instrumentos contratuais específicos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Os saldos classificados como “Clientes a Faturar” referem-se a custos já incorridos, reconhecidos no resultado do período, mas ainda não faturados na data-base das demonstrações financeiras. Tais valores são apurados com base em critérios de rateio previamente estabelecidos, os quais refletem a natureza e a utilização dos recursos compartilhados, incluindo, mas não se limitando, a despesas administrativas, operacionais e serviços corporativos. Esses montantes representam direitos contratuais de ressarcimento, cuja realização é esperada em prazo compatível com os termos acordados entre as partes.

O reconhecimento desses valores observa o regime de competência e as políticas contábeis da Companhia aplicáveis ao reconhecimento de receitas e/ou reembolsos de custos. Subsequentemente, os saldos são ajustados quando da emissão das correspondentes faturas ou notas de débito, bem como pela eventual liquidação financeira.

e. Impostos a recuperar

Refere-se a impostos e contribuições retidos sobre notas fiscais de serviços prestados a terceiros e apropriação de crédito sobre a depreciação do imobilizado para posterior pedido de ressarcimento, compensação e/ou recolhimento aos órgãos competentes.

f. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

g. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Diretoria da Companhia e seus assessores jurídicos.

i. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

j. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

k. Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas "*pro rata die*" com base no método da taxa de juros efetiva.

2.1.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Diretoria da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

(ii) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Diretoria dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela governança da Companhia. A governança da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

b. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

c. Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria da Companhia.

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4. Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a. Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

b. Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis das contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

3.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3.6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

A Administração informa que, para as normas, revisões e interpretações contábeis descritas a seguir, ainda não foi possível determinar se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis. A Companhia está em processo de avaliação dessas mudanças e adotará as medidas necessárias para garantir a conformidade no momento de sua aplicação. As principais normas e alterações em análise são:

c) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 18, emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações estão:
- Categorização e subtotais na demonstração do resultado: novos requisitos para categorização de receitas, despesas, ganhos e perdas, além de subtotais padronizados;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

- Agregação e desagregação de informações: diretrizes mais claras sobre como as informações devem ser agrupadas ou detalhadas;
- Rotulagem de informações: Exigência de rotulagem mais descritiva e consistente dos itens das demonstrações contábeis;
- Divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração: transparência sobre métricas de desempenho não previstas nas IFRS, mas utilizadas pela Administração.

d) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
 - Descrição: a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com requisitos de divulgação reduzidos.
- e) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Descrição: as alterações tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

f) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – Desreconhecimento de Passivos Financeiros e Classificação de Ativos Financeiros

- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- Descrição: as alterações podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.7. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2025	2024
Bancos	91	1
Total	91	1
Aplicações Financeiras	2.666	2.158
Total	2.666	2.158
Total	2.757	2.159

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Adiantamento a fornecedores

O saldo de contas a adiantamento a fornecedores é demonstrado a seguir:

	2025	2024
Reembolso	153.506	78.075
Serviços prestados	428.001	71.456
Materiais	13.155	13.155
Adiantamento empregados	11.743	-
Total	606.406	162.686

6. Clientes

Os saldos de clientes são demonstrados a seguir:

	2025	2024
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - ARGE	421.685	-
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - ARPT	168.674	-
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - ACIT	84.337	-
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - AC2B	84.337	-
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - AMNT	168.632	-
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - AIB1	421.685	-
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - AP6H	719.595	-
Compartilhamento De Custos De Custos A Receber - ABV4	2.931.054	-
Total	5.000.000	-

7. Créditos tributários

Os saldos de impostos a recuperar são demonstrados a seguir:

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	2025	2024
IR s/ aplicação financeira	6	-
Outros impostos a recuperar	1	-
Total	<u>7</u>	<u>-</u>

8. Contas a pagar – partes relacionadas

ATIVO	2025	2024
Autogeração Participações II	-	-
SolarGrid Comércio	219.975	-
Consortio Geração Solar Distribuída SP II	74.958	74.958
Consortio Geração Solar Ibica I	44.462	-
Consortio Geração Solar Distribuída RJ I	4.130	-
Consortio Geração Solar Distribuída RS III	-	2.679
Consortio Geração Solar Distribuída BA I	60	-
Consortio Geração Solar Distribuída MG GO	170	-
Consortio Geração Solar Distribuída RJ VI	61.586	40.871
Total	<u>405.341</u>	<u>118.508</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>405.341</u>	<u>118.508</u>

8.1 Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO	2025	2024
Solargrid Geracao E Comercializacao S.A	8.466.017	-
Consortio Geracao Solar Distribuida Rs III	77.321	-
SolarGrid Comércio	-	25
Consortio Geracao Solar Distribuida Rs I	140.000	-

PASSIVO	2025	2024
Total	<u>8.683.338</u>	<u>25</u>
Circulante	-	-
Não circulante	8.683.338	25

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

8.2 Da remuneração da Administração

A Companhia informa que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração, direta ou indireta, aos administradores, incluindo honorários, salários, bônus, participação nos resultados ou quaisquer outros benefícios de curto ou longo prazo. Adicionalmente, não foram concedidos benefícios pós-emprego, pagamentos baseados em ações ou quaisquer outras formas de compensação relacionadas à atuação da Administração no período

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$1.200 e está representado por 1.200 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Segue composição acionária da Companhia

Capital social		
	2025	2024
	1.200	1.200
	1.200	1.200

b) Resultado

A Companhia registrou Prejuízo líquido no montante de R\$ 435.734,00.

10. Custos Operacionais

	2025	2024
Custos com pessoal	(2.142.941)	-
Custos gerais	(1.802.831)	(119.410)
Aluguéis e arrendamento	(44.766)	(1.767)
Custos com veículos	(1.159)	(1.174)
Total	(3.991.697)	(122.351)

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

11. Despesas administrativas

A composição das despesas e receitas por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora	
	2025	2024
Despesas com pessoal		
Despesas com pessoal	(577.779)	(916.627)
	<u>(577.779)</u>	<u>(916.627)</u>
Despesas de escritório		
Material de consumo	(566)	(2.630)
Reembolsos	(860)	(1.019)
	<u>(1.425)</u>	<u>(3.648)</u>
Utilidades e serviços		
Luz	(222)	(189.560)
Seguros	-	(12.655)
Seguro de vida	(41.970)	(375)
	<u>(42.191)</u>	<u>(202.590)</u>
Propaganda e publicidade		
Propaganda e publicidade	(191.103)	-
	<u>(191.103)</u>	<u>-</u>
Despesas com serviços prestados		
Consultoria		(67.500)
Honorários de Contadores	(28.784)	(14.388)
Auditoria	(1.924)	-
Serviços terceiros pessoa física	-	(70)
Serviços terceiros pessoa jurídica	(558.561)	(1.128.295)
Honorários de Advogados	(1.349)	-
	<u>(590.618)</u>	<u>(1.210.253)</u>

	Controladora	
	2025	2024
Impostos e taxas		
Taxas municipais	-	(1.138)
Impostos federais	(10)	-
Outras taxas	(1.475)	(1.891)
Multas	(37)	(250)
	<u>(1.522)</u>	<u>7(3.280)</u>

SOLARGRID COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA COMPARTILHADA LTDA

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Viagens		
Viagens e representações	(6.116)	(15.289)
Locomoção	(33)	-
Alimentação	(12.731)	-
	<u>(18.880)</u>	<u>(15.289)</u>
Despesas com veículos		
Multas de trânsito	(911)	-
	<u>(911)</u>	<u>-</u>
Reembolso de compartilhamento de custos		
(-) Reembolso de compartilhamento de custos	5.000.000	-
	<u>5.000.000</u>	<u>-</u>
Total das Despesas administrativas e Outras despesas operacionais	<u>3.575.569</u>	<u>(2.351.686)</u>

12. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	41	4
Descontos obtidos	176	-
	<u>217</u>	<u>4</u>
Despesas Financeiras		
IOF	(25)	(1.112)
Despesas bancárias	(6.259)	(4.290)
Multas e juros	(10.539)	(8.428)
	<u>(16.824)</u>	<u>(13.830)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(16.607)</u>	<u>(13.826)</u>

13. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada, não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

14. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora	
	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	-	-
Caixa e equivalente de caixa	2.757	2.159
Dívida Líquida	(2.757)	(2.159)
Patrimônio Líquido	2.919.398	(90.838)
Índice de alavancagem financeira	0%	2%

15. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da empresa até esta data.